

ARTIGO

O PENSAMENTO INTERNACIONALISTA DO PSDB:  
DA ADOÇÃO NEOLIBERAL À CRÍTICA AO LULA

**Resumo**

O presente artigo procura apresentar o discurso do Partido da Social Democracia Brasileira sobre a política externa brasileira. Partindo do pressuposto do aumento da preocupação partidária em relação ao tema da agenda brasileira, esse artigo tentará de forma singela suprir uma demanda daqueles que buscam relações entre partidos e política externa, sistematizando o pensamento do Partido da Social Democracia Brasileira em quatro temas contemporânea da política externa nacional, a saber: Integração Regional, Comércio Internacional, Formação de Parcerias e Inserção, e Segurança.

**Palavras-chave**

PSDB, Pensamento Partidário, Política Externa Brasileira.

**Abstract**

*This article aims to study the speech of the Brazilian Social Democratic Party on Brazilian foreign policy. Assuming that the increased concern with the topics on the agenda in Brazil, this article will attempt to fill in a simple demand of those who seek a relationship between parties and foreign policy, systematizing the thought of the Brazilian Social Democratic Party in four contemporary foreign policy issues: Regional Integration, International Trade, Integration and Training Partnerships, and Security.*

**Keywords**

*PSDB, Partisan Thought, Brazilian Foreign Policy.*

\* Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestrando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

## Introdução

O estudo da política externa é marcado por um tradicionalismo, que ao longo do tempo manteve foco nos *estudos diplomáticos*, os quais abrangiam as relações interestatais, analisados sob o prisma da ação governamental e das chancelarias. Esse tradicionalismo impactou na escassez dos estudos tanto das Relações Internacionais, quanto da Ciência Política brasileira, da relação entre atores não diplomáticos, entre eles a relação entre partidos políticos e política externa.

Tal característica da agenda de pesquisa brasileira também pode ser atribuída à histórica apatia partidária em relação aos temas da política externa brasileira (SCHNEIDER, 1976), confiada exclusivamente ao Itamaraty e aos diplomatas brasileiros. Como bem lembra Souza (2002) no Brasil, a política internacional sempre foi distante da sociedade, mas quadro que vem se alterando muito em função de que a que a política internacional deixou de ser um campo exclusivo dos especialistas e dos diplomatas, passando a ocupar um lugar central na vida pública e no debate brasileiro. (Fiori, 2009).

Nos estudos europeus e estadunidenses já encontramos alguns trabalhos importantes sobre o tema. Cabe citar aqui dois trabalhos que poderiam ser “importados”, dado que versam sobre temas com aplicabilidade a atual configuração da política externa brasileira. A obra de Milner e Judkins (2004) os quais discorrem sobre a existência de um forte impacto entre o posicionamento dentro do espectro ideológico dos partidos políticos europeus e a tomada de decisão em política comercial adotada pelos políticos europeus, e o interessante estudo de Bjererld e Demker (2000) que busca através do caso sueco formular uma hipótese plausível sobre quando e porque os partidos politizam algumas questões da política externa sueca, enquanto outras não são objetos de discussão.

A agenda de pesquisa nacional com temas ligados à relação partidos e política externa ainda é bem escassa. O maior número de trabalhos que decorrem sobre o tema é proveniente do estudo sobre a relação Legislativo e Executivo, mas que devido ao objeto, não se detêm na discussão estrita sobre o papel partidário, ou sobre as posições partidárias em relação ao processo de integração regional (Oliveira, 2003; Onuki e Oliveira, 2006).

Especificamente sobre a participação partidária na PEB além dos excelentes ensaios de Velasco e Cruz (2010) sobre partidos e política externa, é possível citar os estudos de Almeida (1992; 2003; 2004). O primeiro traça em perspectiva histórica o “pensamento partidário” em relação à PEB utilizando como estudo de caso

a análise dos programas dos partidos políticos brasileiros. O segundo trabalha com o pensamento internacional, o último engloba as propostas partidárias no contexto eleitoral. Recentemente Onuki e Oliveira (2010) apresentaram de forma inovadora um estudo que trabalha com a hipótese, com a qual se concorda, de que os partidos políticos brasileiros não apenas têm posições discriminantes em política externa como, a depender da composição governista alteram o curso do comportamento do país no plano externo.

Nesse sentido, esse artigo buscará suprir a lacuna da discussão entre política externa e partidos políticos apresentando de forma breve o posicionamento do Partido da Social Democracia Brasileira em relação à política externa brasileira. Divido em três partes, o artigo atentar-se-á inicialmente ao breve histórico da criação do partido e suas primeiras propostas à atuação internacional do Brasil até a sua chegada ao poder no governo FHC. Nessa parte será observado o posicionamento do partido, aliado à discussão da conjuntura da política externa quando o partido assume a presidência. Após uma breve nota metodológica apresentaremos o atual discurso peessedebista sobre o sobre quatro temas contemporâneos da política externa nacional, a saber: Integração Regional, Comércio Internacional, Formação de Parcerias e Inserção, e Segurança. Por fim apresentaremos algumas conclusões gerais sobre a temática.

### *Da Criação ao Governo*

Criado em função de um racha interno no PMBD, o Partido da Social Democracia Brasileira inicialmente se declarava no espectro ideológico da centro-esquerda brasileira, porém como é frequentemente afirmado, há um deslocamento ideológico do partido a partir de 1994. Segundo Roma (2002), esse deslocamento estaria expresso na redefinição de suas diretrizes políticas, deixando de lado o ideário socialdemocrata para adotar um programa de governo rotulado como neoliberal. Esta guinada para a direita, com políticas mais favoráveis ao mercado, teria sido, sobretudo, o custo que o partido teve de pagar para chegar ao governo e para governar em aliança com o PFL.

O processo de construção da identidade programática do PSDB, segundo Roma (2002), revela um dilema ideológico entre se declarar socialdemocrata, de um lado, e apresentar um programa de governo orientado por teses liberais, de outro. Este dilema inicial, de certa forma, impôs uma diferenciação importante no que se refere à composição dos membros do partido. O discurso ideológico socialdemocrata, explicitamente manifestado no conteúdo dos documentos partidários e nos cursos de formação política ministrados pelo partido, foi fundamental no processo de mobi-

lização de filiados e militantes no interior do PSDB, o que conferiu um viés mais de esquerda na sua origem. A tônica liberal, presente no seu programa de governo, por outro lado, predominou como concepção ideológica de seus membros dirigentes com cargos eletivos.

Roma (2002) defende que desde a sua criação, ao contrário do que o movimento de reordenação ideológica sugere, a orientação programática liberal já estava claramente estabelecida desde a origem do partido ao demonstrar que, embora no manifesto de anúncio de seus princípios ideológicos o partido tenha procurado ocupar uma posição de centro-esquerda no espaço político nacional, seu Programa de Governo datado no mesmo momento, orientou-se por uma agenda política com teor claramente liberal – desregulamentação da economia, abertura econômica ao capital estrangeiro e privatização das empresas estatais. Nesse programa, a intenção declarada era a de romper com o caráter nacionalista e estatizante que caracterizava a feição do Estado brasileiro desde o governo Vargas na década de 1930.

Na política externa, a posição brasileira no sistema internacional foi moldada pela matriz emergente de inserção internacional do Brasil, a qual nos anos noventa assumiu, segundo Silva (2008), o processo de globalização e a adoção de políticas neoliberais como paradigma de desenvolvimento, que seria capaz de permitir a superação da crise econômica e da estagnação dos anos 1980. Esse movimento paradigmático, que atingiu diversos países da América Latina, foi acompanhado em parte pelo Brasil, reorientando sua inserção internacional, que desde o final da década de 1980 substituiu sua matriz de política externa desenvolvimentista pela matriz neoliberal.

As primeiras demonstrações do Partido da Social Democracia Brasileira em relação à política externa foram apresentadas de forma não muito explícita no documento supracitado. O programa pontuava ao longo do texto propostas isoladas, não reservando um campo ao tema da política exterior brasileira, entre elas a promoção do mercado nacional com a integração soberana do país no sistema econômico internacional. O texto também citava o enfrentamento da dívida externa através de uma estratégia compatível com a manutenção da soberania nacional, e por fim afirmava os clássicos princípios de autodeterminação dos povos, da integração latino-americana e da preservação da paz mundial. (PSDB, 1988)

Na campanha presidencial de 1989, o partido lançava Mario Covas à candidatura com uma expressiva plataforma política propondo a reforma de Bretton Woods e do Sistema Financeiro Internacional, inclusive pelo estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional, mais justa e equitativa, reflexo da proposta desenvolvimentista do partido (GPRI apud ALMEIDA, 2004).

Nos segunda eleição direta para o cargo máximo da política nacional, se lançou o ex-ministro da fazenda e das relações exteriores Fernando Henrique Cardoso, que trazia consigo propostas para a política externa refletindo sua postura enquanto ministro.

Com FHC alguns conceitos que seriam posteriormente englobados a política externa, foram apresentados como a inserção competitiva no mundo, a vocação universal da diplomacia brasileira, a integração com a economia mundial, a regionalização aberta, globalização e a democratização das relações internacionais. (ALMEIDA, 2004)

As propostas de FHC eram pautadas na democratização das relações internacionais e a defesa do multilateralismo, com regras e instituições bem definidas e da criação de uma área de livre comércio sul americana, sem exclusividades uma vez que as relações com os EUA eram prioritárias. (ALMEIDA, 2004).

Com o governo FHC o processo de formulação da política externa era pela primeira vez tratado por um partido político, no qual era colocado que a diplomacia brasileira deveria procurar bases internas democráticas e instáveis.

Para o então presidente Fernando Henrique, a diplomacia deveria proceder a um aggiornamento, se adaptando às necessidades, com relações que priorizassem as negociações em termos de configuração de blocos econômicos, atração de tecnologias e aos novos temas na agenda internacional (SILVA e ROSSI, 1994), com isso a política externa se baseava em quatro princípios básicos, a saber: a liberdade econômica, com preocupação social; a economia mais aberta à competição internacional; a defesa dos direitos humanos, do meio ambiente e da proteção das minorias; e o combate à criminalidade e ao narcotráfico (CARDOSO, 1995).

Pautada nos princípios acima, a PEB se guiaria por cinco objetivos a ser alcançados, a ampliação da base externa para estabilidade econômica interna, com o fim da retomada do desenvolvimento sustentável socialmente equitativo; mais acesso aos mercados pela melhoria da competitividade e maior produtividade; uma maior participação do processo decisório regional e mundial, nos fóruns políticos e econômicos; a reforma da ONU; e a ampliação da assistência a brasileiros no exterior. (CARDOSO, 1995)

A nova diplomacia procurou construir a imagem do Brasil como uma liderança regional que procurava uma inserção global, como compensação à ampliação da vulnerabilidade externa, bem como buscou uma aproximação com os países desenvolvidos. As demandas passaram a ser menos sistêmicas e mais pontuais. Na matriz da política externa dos anos 1990, que denominamos de neoliberal, o Brasil alterou suas estratégias multilaterais e bilaterais de inserção internacional. (SILVA, 2008)

Segundo Lafer (2001), a globalização e seus efeitos na dinâmica do sistema internacional levaram o desenvolvimento no relativo distanciamento de uma inserção na economia mundial gerenciado pelo Estado, viabilizado pela lógica do nacionalismo de fins se tornou inoperante encerrando a eficácia do repertório de soluções construídas a partir do governo Getúlio Vargas. Cardoso (1996) defendia que a globalização significava o aumento do peso das variáveis externas na agenda econômica, e a redução do espaço para as escolhas nacionais, e com isso a “diluição entre o “interno” e o “externo” levava ao questionamento da hipótese de autonomia da política externa em relação à política interna”. (LAFER, 2001)

De acordo com Cervo e Bueno (2002) a política exterior brasileira no período desenvolvimentista manipulava a relação bilateral e a parceria estratégica como uma linha de força da ação externa. O paradigma da globalização das relações internacionais e a disposição do governo brasileiro de influir sobre a regulamentação do sistema multilateral de comércio e sobre a arquitetura das finanças internacionais subtraíram força ao bilateralismo.

Cervo e Bueno (2002) defendem que embora a política externa do governo FHC tenha se encaixado em uma perspectiva neoliberalizante, o modelo desenvolvimentista não foi completamente substituído pelo “Estado Normal” e pelo neoliberalismo no governo Cardoso.

Segundo eles, durante o governo coexistiu um ensaio de Estado logístico, resultado que acabou gerado uma indefinição programática. Acreditamos, que assim como foi detectado pela literatura uma dança de paradigmas na condução da política brasileira entre um fundamentalismo liberal, e um liberal-desenvolvimentismo, a política externa foi também uma política capaz de sofrer variações conceituais, em torno da sua adequação a realidade política brasileira.

Como pontua Bernal-Meza (2002) “em síntese, a política exterior brasileira foi se adaptando aos novos condicionamentos e cedendo a determinadas pressões que implicaram mudanças em alguns elementos de sua tradição”. O presidente afirmava esse embate de fatores e apontou caminho para uma inserção internacional

Consistente e duradoura, qual seja, o de que ela se faça a partir dos condicionantes domésticos, que não seja uma construção no vácuo. (...) A democracia trouxe a possibilidade de uma nova linguagem, que não é dada, mas construída, que não aceita outro rótulo que não seja o do interesse nacional, definido no confronto de ideias, por canais institucionais, com a participação da sociedade. Certamente não é tarefa fácil perseguir uma diplomacia sem rótulos, sobretudo quando o mundo em que se busca inserir está em permanente mutação (CARDOSO, 2002, p534).

A crise do Real, e a inflexão do neoliberalismo fundamentalista, impactaram diretamente na política externa brasileira, elevando o discurso da inserção brasileira na globalização assimétrica como conceito chave para a política externa. Silva (2008) observa que no segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, a política externa brasileira sofreu uma nova correção de rumos, mostrando o esgotamento da matriz neoliberal, em especial após a crise financeira de 1999, que denunciou a vulnerabilidade externa do país, externalizado com a recuperação do discurso de que o sistema mundial está condicionado por assimetrias e uma distribuição desigual de poder, em especial nas negociações comerciais.

Esse processo foi acompanhado de uma redefinição do papel do MERCOSUL e da América do Sul para a política externa brasileira, os quais se tornam o grande caminho a ser trilhado pela diplomacia nacional. Lampreia (apud SOLIANI, 2000) assumia o descarte do projeto do Brasil em ser uma potência mundial, capaz de ser influente nas decisões internacionais.

Acompanhado as conclusões de Silva (2008), avalia-se que matriz neoliberal efetivamente teve influência na política externa do governo Cardoso, substituindo o modelo desenvolvimentista que enfrentava suas fragilidades e estava em crise no início dos anos 1990. Daí em diante, a nova matriz emergente foi sendo implementada, figurando como elementos centrais a adesão aos ideais do Consenso de Washington e a uma nova posição perante o Estado e o Mercado, nesse sentido a política externa foi um instrumento da projeção do que o governo vinha praticando internamente.

Contudo, a política externa do período deve ser explicada a partir de três importantes matizações. Em primeiro lugar, já havia ocorrido um ajuste no discurso neoliberal com o governo Itamar Franco, em segundo, a adesão ao neoliberalismo não foi integral, mostrando a persistência do paradigma desenvolvimentista, e por último a mudança no final da década em razão da inflexão com a crise de matriz neoliberal.

Com a impossibilidade de lançar FHC à presidência, o PSDB lança José Serra como sucessor do então presidente. No tocante as novas propostas de governo sobre a política externa percebe novamente a manutenção das linhas mestres das propostas de FHC, como o reconhecimento da necessidade de inserção no mundo globalizado e a necessidade de fortalecer o MERCOSUL através da revisão do processo integracionista, enfatizando a zona de livre comércio. (SERRA *apud* ALMEIDA, 2004)

As propostas de Serra (*apud* ALMEIDA, 2004) enfatizavam a política de comércio exterior do Brasil, privilegiando os incentivos as exportações e a industrialização

para a substituição das importações, chegando a afirmar sua intenção de criar um ministério capaz de gerir o comércio exterior, retirando do Itamaraty a prerrogativa decisória.

Como relembra Almeida (2004), o candidato defendeu sem equívocos a posição do governo brasileiro em relação aos acordos com o FMI, e na questão da ALCA preferiu deixar em aberto sua posição.

### *Breve Nota Metodológica*

Como instrumento de análise a pesquisa se pautará em documentos e discursos produzidos pelos representantes do PSBD. Consideramos como representantes não somente os “políticos profissionais *stricto sensu*”, mas todos aqueles que de alguma forma se vinculam, ou se vincularam explicitamente ao partido, principalmente no que tange a política externa adotada.

A apresentar o discurso do PSDB em relação à PEB, utilizaremos das declarações de políticos partidários e de atores ligados ao partido, entre eles ex-diplomatas, e ex-chanceleres além de também de artigos, entrevistas e discursos desses e de outros representantes partidários que versam sobre a temática.

Como salienta Saraiva (2010) dentro da política externa brasileira, podemos considerar a existência de três grupos de pensamento, os institucionalistas pragmáticos, os autonomistas, e os independentes. Especificamente sobre o primeiro, a autora os descreve como uma corrente de pensamento e ação no Itamaraty que se fortaleceu e consolidou durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, na gestão do chanceler Luiz Felipe Lampreia, encontrando identidade no espectro partidário no Partido da Social Democracia Brasileira.

Ficamos tranquilos em vincular essas personalidades ao pensamento partidário, mesmo que esses não sejam diretamente filiados ao PSDB primeiramente por causa de sua postura em relação à política externa, e por ser de conhecimento público a participação desses no pensamento partidário. Exemplo é que ambas as personalidades participaram no ano de 2007 do 3º Congresso do PSBD, em mesas intituladas de *Os Desafios do Brasil no Mundo Globalizado*, as quais versavam sobre política internacional e comércio exterior.

Serão analisados também os artigos e estudos produzidos dentro do Instituto Teotônio Vilela, o órgão de estudos e formação política ligado ao partido, sendo o responsável pelo aperfeiçoamento e pela divulgação da doutrina socialdemocrata no Brasil. Após essa breve explicação, o foco recai sobre os quatro temas da política externa brasileira que serviram de parâmetro para a artigo.



## O DISCURSO CRÍTICO DO PSDB À PEB

### *Integração Regional*

A linha mestra da plataforma política do PSDB em relação à integração regional de revisão do processo. O partido defende que tanto o processo de integração, quanto o MERCOSUL são dois aspectos centrais da política externa e comercial brasileira, mas que pouco avançaram no atual governo, muito em função do governo não demonstrar capacidade de liderança para destravar o processo de integração, avançando em áreas de interesse, como a integração física, a qual seria capaz de abrir passagem para produtos brasileiros nos portos do Pacífico. (SERRA, 2010b)

A principal crítica tucana é que o a integração regional foi o aspecto da política externa que mais sofreu com uma “partidarização” (LAFER, 2009), devido principalmente ao alinhamento com países que representam a esquerda latina americana. Nas palavras do ex-embaixador Rubens Barbosa:

Na visão de mundo do Partido dos Trabalhadores, a prioridade para criar um contrapeso aos EUA na América do Sul e a inclusão da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL, alteraram profundamente os rumos do processo de integração sub-regional. (BARBOSA, 2010c)

Para o partido nos últimos sete anos, a discussão sobre a integração regional ganhou novos contornos. O MERCOSUL, tendo perdido suas características iniciais de um acordo de comércio visando à gradual liberalização do intercâmbio comercial entre os países membros (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), desviou-se da rota preestabelecida e hoje está estagnado e não é mais um instrumento para a abertura de mercado.

De acordo com José Serra (2010a, 2010b) e com o Senador Azeredo (2009) o processo de integração regional está em crise, a Unasul não supriu a necessidade sul americana, o MERCOSUL se encontra com problemas institucionais crescentes. Exemplos são as declarações do Uruguai e Paraguai expressando sua disposição para sair, além dos atritos comerciais entre Argentina e Brasil que de acordo com a visão partidária continuam graves e frequentes

De acordo com os tucanos, (AZEREDO, 2009; SERRA, 2010b; BARBOSA, 2010c) o governo brasileiro deve dar prioridade ao processo de integração, investindo em infraestrutura, energia e intercâmbio comercial, retomando o programa de construção de rodovias e ferrovias na região pelo interesse estratégico de permitir o acesso de nossas exportações para a Ásia, a partir de portos do Peru e do Chile, alegando que a integração da América do Sul avançou apenas retoricamente.

No plano de governo do candidato José Serra, vemos algumas propostas peesedebista para a integração regional e o MERCOSUL, como assegurar maior flexibilidade ao Brasil e aos demais países membros para negociar individualmente acordos comerciais com outros mercados, realizar negociações com os países sul-americanos para obter tarifas mais favoráveis para os produtos nacionais e permitir maior acesso de mercadorias desses países no mercado brasileiro, além de negociar acordos de garantia de investimento com os países da região para proteger os investimentos das empresas brasileiras. (SERRA, 2010b).

Ainda no âmbito do MERCOSUL, o PSBD pensa na redução do bloco, que deixaria de pleitear a condição de união aduaneira – com a regulamentação da Tarifa Externa Comum (TEC), para ser apenas uma área de livre comércio. De acordo com o Serra (2010b), a TEC é marcada por dupla cobrança, e possui uma essência irrealista, e que sua suspensão permitira ao Brasil negociar acordos de forma autônoma ao bloco, permitindo o fechamento de acordos bilaterais extra bloco

Um ponto controverso no plano da política de integração regional foi a adesão da Venezuela como membro pleno do bloco comercial sul americano. Para o partido a entrada do país só agrava o quadro problemático do bloco uma vez que o processo de ampliação atropelou a consolidação do MERCOSUL enquanto mercado comum, e questiona a real capacidade econômica das relações com o país. (AZEREDO, 2009)

### *Comércio Internacional*

Para o embaixador Rubens Barbosa (2010b) a decisão brasileira de privilegiar as negociações multilaterais da Rodada de Doha colocou em segundo plano os entendimentos para avançar em acordos de livre comércio para a abertura de mercados para produtos brasileiros.

As negociações comerciais multilaterais são, reconhecidamente, de alta importância para o Brasil, e economicamente a via mais racional (...). Não obstante, deve-se reconhecer que a estratégia do Itamaraty na atual gestão, privilegiando, por afinidades ideológicas, os países em desenvolvimento (relações Sul-Sul), limitou as possibilidades de o Brasil empreender acordos, com outras categorias de parceiros que desempenham também um papel protagônico no sistema multilateral de comércio. (BARBOSA, 2009)

Para o PSBD existe a necessidade que o comércio exterior brasileiro passe por um amplo processo de revisão. Não somente por meio de sua modernização e eliminação das barreiras internas que dificultam seu crescimento e evolução, mas também pela definição de novas prioridades e pelo estabelecimento de uma organização

institucional mais efetiva (BARBOSA 2010b, SERRA 2010a) e falta uma política econômica eficiente, uma vez que se sobrevaloriza a taxa de câmbio de uma maneira que a importação é incentivada artificialmente e é retirada a competitividade da exportação. (SERRA, 2010b)

Com esse cenário o Brasil, na visão peessedebista (BARBOSA, 2010b), se estagnou e ficou a margem das negociações internacionais, uma vez que não fechou acordos bilaterais devido ao demasiado foco no impasse de Doha

A principal crítica do PSDB em matéria de comércio exterior é a queda das exportações brasileiras. Apesar de reconhecerem o impacto da última crise financeira internacional, o partido acredita que foram os fatores estruturais internos ajudaram a piorar a situação, a qual tende a se agravar, aliado a perda de espaço das exportações brasileiras em favor de competidores diretos, como os chineses em particular e os asiáticos em geral. (BRASIL REAL, 2010; VELLOZO LUCAS, 2010; PSDB, 2007)

Ao analisar o perfil das exportações brasileiras, o PSDB acredita que elas são adversas a atual demanda internacional. Para o partido (BRASIL REAL, 2009) progressivamente, as vendas do Brasil para o exterior estão se concentrando em matérias-primas, fato que considera não ser profícuo para o projeto do Brasil de pertencer, dentro de poucos anos, ao grupo das nações de maior desenvolvimento do planeta. Apesar de não desconsiderar a importância das commodities para a pauta de exportações brasileiras, o partido questiona suas vantagens em comparação a produção de bens manufaturados.

Como mecanismos de solução para os entraves do comércio exterior brasileiro, os tucanos acreditam que uma estreita parceria entre governo e setor privado, o qual inclusive deveria participar como parceiro e influenciador do processo decisório. Essa configuração facilitará as negociações de acordos comerciais, além de adotar uma ampla revisão da política comercial externa e do funcionamento das agências intragovernamentais de comércio exterior. (BARBOSA, 2009, p.2)

Não podemos abrir mão da vocação industrial que o país afirmou a duras penas nestes cem anos. Precisamos identificar e ocupar nichos nos quais nossa produção manufatureira de alto valor agregado possa concorrer com vantagens no mercado internacional (...) Para mantê-la e reforçá-la, além de desmontar a armadilha das políticas monetária e fiscal, devemos concentrar esforços naquilo que faz a diferença dos países bem sucedidos no mundo de hoje (...) Sem medo de rótulos ideológicos, entendendo que o interesse nacional exige tanto governos ativos e responsáveis como a mobilização em grande escala de capitais privados nessa tarefa. (PSDB, 2007)

De acordo com o ex-embaixador Rubens Barbosa (2009, p.9) – um dos principais críticos da política internacional lulista e influente formador do pensamento

peessedebista – essas reformas deveriam focar na melhoria da competitividade, por meio da aprovação de reformas que reduzam o custo Brasil sobre a produção nacional, a despolitização das decisões comerciais e o reexame de algumas das regras do MERCOSUL.

Dentre as alternativas possíveis, a nova estratégia deveria focalizar, no tocante aos acordos individuais do Brasil, a abertura de negociações bilaterais com países da região (Brasil/América do Sul) e a ampliação da cobertura e antecipação dos cronogramas de desgravação dos acordos subscritos no âmbito da ALADI. O objetivo deveria ser o de finalizar um acordo de livre comércio com o México e equalizar as tarifas concedidas pelos países-membros da ALADI nos acordos de livre comércio com os EUA (México, Chile, Peru e Colômbia).

No processo de formulação das políticas comerciais as propostas do PSDB vão ao encontro de uma “despolitização da política comercial” (MELLO, 2010). Um dos projetos centrais de reformulação da política comercial externa e do funcionamento das agências intragovernamentais de comércio exterior, seria fortalecer a Camex, deslocando a decisão e o comando da política comercial para fora do guarda-chuva do Itamaraty, desvinculando-a do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e elevando seu status ao de ministério, passando a responder diretamente ao Presidente. (BARBOSA, 2009).

### *Parcerias Estratégicas e o Modelo de Inserção Internacional*

O PSDB considera a política externa do Governo Lula como terceiro mundista, muito em função daquilo que o partido chama de uma visão equivocada do atual cenário internacional.

Para o partido o mundo de hoje vive a transformação da ordem mundial, tendo como símbolo o processo de globalização, e para o projeto de inserção internacional o Brasil deve estar atento a essas mudanças e se mover dentro do mundo globalizado com os desafios que surgem devido ao aumento da interdependência que é criada pela rapidez dos fluxos de informações e financeiros, pela abertura comercial e pelo processo de integração econômica. (BARBOSA, 2007)

Para o ex-chanceler Celso Lafer (2010) a diplomacia de prestígio e o voluntarismo da política externa lulista erraram na avaliação das possibilidades externas do País, postura que vem descapitalizando de maneira crescente o soft power da credibilidade internacional do Brasil, comprometendo, desse modo, o próprio prestígio do País. Para o ex-chanceler a diplomacia deve mudar ficando cada vez mais atenta ao jogo das grandes potências, no qual desapontam novas parcerias da China e da Índia com os EUA.

Sobre a inserção brasileira no oriente médio, e a parceria estratégica com o Irã, o PSDB não vê com bons olhos a prática. Inúmeras foram os discursos contrários a prática brasileira alegando perda de credibilidade da e quebra do tradicionalismo da política externa. Para o PSDB (AZEREDO *apud* SHOLL, 2010; BARBOSA, 2010a), a pretensão brasileira em resolver os conflitos do Oriente Médio é utópica e até de certa prejudicial às parcerias históricas brasileiras – leia-se a parceria com os Estados Unidos.

Para o PSDB, a política externa brasileira deve se ajustar a visão peessedebista do cenário internacional, ou seja, a aceitação da liderança dos países desenvolvidos, sobre tudo a liderança estadunidense.

O Brasil não está aproveitando o momento positivo do cenário internacional em termos de Política Externa (...) a política do governo Lula, se recusa a se ajustar ao mundo atual. Há uma recusa em aceitar o cenário político internacional debaixo da liderança dos países desenvolvidos e, sobretudo da posição dos EUA. (BARBOSA, 2007)

A proposta tucana (*apud* MELLO, 2010) é minimizar a política de diversificação dos destinos de exportação brasileira, sob alegação que a estratégia seguiu motivos políticos e não trouxe benefícios concretos, pois as vendas para África e Oriente Médio, continuam sendo inexpressíveis. Uma aposta mais acertada – de acordo como argumentam os defensores do pensamento social-democrata, seria pertinente aprofundar os acordos na América do Sul, liberar o Brasil para mais acordos bilaterais e intensificar as relações com os EUA.

Na visão do partido (AZEREDO, 2009) a proximidade com o governo venezuelano de Hugo Chávez, a comparação de presos políticos de Cuba a criminosos comuns brasileiros, a defesa do programa de desenvolvimento nuclear do Irã, que desafia a comunidade mundial com a criação de bomba atômica, são casos que têm colocado em xeque a credibilidade da política externa do Brasil.

Alguns Parlamentares do PSDB criticam o papel do Brasil no cenário político internacional e lamentam que o país esteja perdendo a postura de neutralidade e a qualidade de árbitro em contenciosos diplomáticos. “Na direção oposta da tradição diplomática nacional, o governo Lula conduz o Itamaraty para um caminho pragmático e perigoso” (PSDB, 2009).

### *Segurança e Defesa*

O PSDB na questão da segurança internacional foca em temáticas bem pontuais. A principal crítica do partido no tocante a segurança internacional é a tentativa do governo brasileiro em mediar o conflito no Oriente Médio.

De acordo com o Barbosa (2010a), a atuação brasileira em tentar buscar a paz internacional é louvável, mas o foco de atuação da diplomacia brasileira está equivocada, dado a existência de muito mais campos de atuação para o Brasil na América Latina, onde há uma série de conflitos regionais em que o país se omitiu, ao invés de tentar servir de árbitro no conflito do Oriente Médio.

Para o candidato Serra (2010a) para que ocorra mais presença do Brasil na segurança regional deve-se incluir nas linhas de ação do Itamaraty o componente de defesa e segurança, tendo em vista os desdobramentos recentes nos países da região e as ameaças lindéiras em decorrência do tráfico de drogas e contrabando de armas.

Para o ex-chanceler Celso Lafer (2010), a preocupação brasileira em atuar em conflitos que não seriam do escopo de ação brasileira é indesejável e que a mesma não contribuirá para a sustentabilidade da ação externa brasileira num cenário que se avizinha como mais complexo, seja no contexto das tensões da nossa vizinhança, seja no campo multilateral, seja no jogo das grandes potências, no qual despontam as novas parcerias da China e da Índia com os EUA.

Para os Senadores Eduardo Azeredo (2009) e João Tenório (*apud* DIÁRIO TUCANO, 2010), a atitude brasileira com relação ao Irã é errônea, vai à contra mão do fluxo internacional, num momento em que até mesmo os tradicionais apoiadores do Irã, como Rússia e China, começam a se afastar do país o Brasil avança de maneira atabalhoada em relação ao apoio indiscriminado ao Irã, demonstrando que a política externa brasileira precisa de uma visão que seja coincidente com a tradição de imparcialidade e de equilíbrio que sempre teve.

Historicamente, o PSDB propõe a democratização das relações internacionais, e dentro da gama de medidas para tal o partido apoia a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no entanto vê que a ação da diplomacia nacional em conceder apoios a ditadores e concessões em busca de votos para tentar um lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU é inadmissível.

Sobre a questão nuclear, o partido se compromete com a manutenção da política nuclear, respeitados os princípios da Constituição, e procurar ampliar a capacitação do Brasil na exploração e no enriquecimento do urânio para fins comerciais. (SERRA, 2010a)

### *Conclusões*

O atual discurso do PSDB em relação a política externa adota uma postura crítica em relação ao governo Lula, defendendo uma política externa que busca o desenvolvimento pela via da estabilidade, além de adotar uma postura mais conser-

vadora na política externa, acreditando que os ganhos do Brasil serão maiores se a inserção se der pela parceria com os países mais poderosos, através das instituições multilaterais e da globalização, quando comparada a seu principal opositor, o Partido dos Trabalhadores, que a nosso ver apresenta uma postura mais crítica a conjuntura interna e externa

No entanto, quando utiliza o padrão histórico da política externa brasileira percebe-se que a grande discussão entre os dois partidos não se distancia da clássica questão sobre a inserção internacional do Brasil. De um lado, aqueles que consideram que somente com a aliança preferencial ao centro do capitalismo mundial, o interesse nacional poderá ser alcançado e o desenvolvimento nacional poderá sair do papel. Do outro, considera tal preferência de alinhamento errônea e entreguista, uma vez que defende a política externa como um dever ser universalista, procurando sua inserção internacional em regiões que possam ser proveitosas para a lógica do desenvolvimento nacional.

Cabe pontuar que a posição ocupada pelos partidos na estrutura governamental e no processo de formulação das políticas públicas brasileiras pode influenciar a formação de tais, em decorrência da posição que os partidos políticos possuem. Nesse sentido é importante perceber que o *locus* no qual os partidos estão enquadrados, pode impactar na formulação da política externa.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a política externa teve como linha mestra a visão de mundo propiciada pelo PSDB, enquanto o PT na oposição adotava uma postura mais crítica em relação ao governo. Na época presenciamos inúmeras declarações petistas denunciando a postura neoliberal que a política externa adotava. Com sua ascensão ao governo, o PT passa a ser o responsável pela condução da política externa, e de certa forma revê sua postura enquanto oposição, adotando posição mais moderada à política externa, mas não deixando de transferir para a política algumas linhas de seu pensamento.

Outro fator interessante sobre a importância que a posição política, é a distribuição dos partidários dentro do processo de formulação da política externa. Como apresentado por Cardim (*apud* ALMEIDA, 1992, p.173), os partidos inúmeras vezes confiaram o Ministério das Relações Exteriores e os espaços decisórios a seus cor-religionários políticos, fato que não deixou de ser realizado na nossa “Nova República”, iniciando com Olavo Setúbal – fundador do PP -, passando por Fernando Henrique Cardoso – fundador do PSDB -, o próprio Celso Lafer, que outrora fora Ministro do Desenvolvimento do Governo FHC, até o atual Ministro Celso Amo-

rim, filiado ao PT, e a presença do professor Marco Aurélio Garcia na Assessoria Presidencial de Relações Exteriores.

A diferença locacional pode ser encontrada inclusive nas propostas partidárias nas campanhas presidenciais. Quando o candidato apoiado pelo governo tende a manter as diretrizes da política externa de seu predecessor, enquanto o candidato opositor tenta alterar as linhas da política externa aproximando-a do modelo partidário.

Finalmente, acredita-se que o aumento da participação política partidária não se dá pela possibilidade de transferência dos ideais partidários para a política, mas pela diferença programática dos partidos, que buscam empregar na política externa brasileira seu modelo de política, o que decorre na politização dos assuntos internacionais, e pela lógica da competição política, na qual ao perceber que o partido X passa a propor direções para a política externa e tem a possibilidade de liderar a formulação da política, o partido Y também começa a perceber a importância da mesma e inicia a pensar posições de acordo com a visão do partido.

Observa-se um futuro com grande participação dos partidos na discussão da política externa brasileira, devida à própria evolução do conceito e da atual dos partidos políticos na produção da política pública, os quais a cada dia passam a se preocupar com a condução governamental, e pela crescente importância dos assuntos internacionais na vida política do Estado brasileiro.

Recebido em fevereiro, aprovado em março.

### *Referências Bibliográficas*

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Os Partidos Políticos nas Relações Internacionais do Brasil - 1930-90. *Contexto Internacional*. Vol. 14, nº2, jul/dez. 1992.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A Política Internacional do Partido dos Trabalhadores: Da Fundação à Diplomacia do Governo Lula. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 20, p. 87-102, jun. 2003

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A Política Externa nas Campanhas Presidenciais, de 1989 a 2002, e a diplomacia do governo Lula. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações internacionais e política externa do Brasil: história e sociologia da diplomacia brasileira*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2004

AZEREDO, Eduardo. *Discurso de análise da atuação da diplomacia brasileira em 2009 em 16/12/2009*. Senado Federal. 2009

BARBOSA, Rubens. *Palestra Concedida no Seminário Desafios do Brasil no Mundo Globalizado – 3º Congresso do PSDB*. 2007. Nov. de 2007. Disponível em: <<http://www.congressodopsdb.org.br/#>> Acesso em: 02 out. de 2010



- BARBOSA, Rubens. O Impasse de Doha e o Comércio Externo Brasileiro. *Revista Interesse Nacional*. Ano 1 - Edição 4 – Jan/Mar. 2009
- BARBOSA, Rubens. *Entrevista concedida a Revista Veja sobre pontos polêmicos na Política Externa Brasileira em 31/08/2010*. 2010a. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/brasil-nao-pode-respaldar-ditaduras-diz-o-diplomata-rubens-barbosa>> Acesso em: 27. Out de 2010.
- BARBOSA, Rubens. *Notas sobre Comércio Exterior*. 2010b. Disponível em: <<http://www.rbarbosaconsult.com.br/artigo-notas-sobre-comercio-exterior-25-11-09.asp>> Acesso em: 25 de out 2010
- BARBOSA, Rubens. *MERCOSUL e Integração Regional*. 2010c. Disponível em: <[http://www.rbarbosaconsult.com.br/artigo\\_mercosul\\_integracao\\_regional.asp](http://www.rbarbosaconsult.com.br/artigo_mercosul_integracao_regional.asp)> Acesso em: 25 out. 2010
- BERNAL-MEZA. Raúl. A política exterior do Brasil: 1990-2002. *Rev. Bras. Polit. Int.* 45 (1): 36-71. 2002
- BJERELD, Ulf; DEMKER, Marie. Foreign Policy as Battlefield - A Study of National Interest and Party Motives. *Scandinavian Political Studies*, Vol. 23 ^ No. 1, 2000
- BRASIL REAL. *O dilema das exportações* 2009. Cartas de Conjuntura. Instituto Teotônio Vilela. , Nº 48, Ago.
- BRASIL REAL. *A marcha rê do comércio exterior brasileiro*. 2010. Cartas de Conjuntura. Instituto Teotônio Vilela. , Nº 56, Jan.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Discurso de posse*. Congresso Nacional, a 1.o de janeiro de 1995
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Plano de Governo*. 1998
- CERVO, Amado; BUENO; Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Ed. Unb. 2002
- DIÁRIO TUCANO. *Senado vai cobrar de Amorim explicações sobre apoio ao Irã*. 2010 Disponível em: <<https://www2.psdb.org.br/index.php/agencia-tucana/noticias/senado-vai-cobrar-de-amorim-explicacoes-sobre-apoio-ao-ira/>> Acesso em: 03 de Nov. 2010
- FIORI, J. O debate da política externa: os conservadores. *Agência Carta Maior*, 02.12.2009. Disponível na internet em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=4483&boletim\\_id=622&componente\\_id=10414](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=4483&boletim_id=622&componente_id=10414)>, acessado em 20.09..2010.
- FURTADO, Olavo Henrique *Trajeto e perspectiva-social-democratas : do modelo europeu para o PSDB e o PT no Brasil* . Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política Unicamp. 1996
- LAFER, Celso. *A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira – Passado, Presente e Futuro*. Ed. Perspectiva S/A. 2001
- LAFER, Celso. Partidarização da política externa, *O Estado de S.Paulo*, 20.12.2009, p.A2.2009
- LAFER, Celso. A candidatura Dilma e a política externa. *Jornal Estado de São Paulo*. 18 de set. 2010
- MELLO, Patrícia Campos, Com Serra, uma diplomacia clássica. *Estado de São Paulo – Caderno Especial “O Brasil no Mundo”*. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,com-serra-uma-diplomacia-classica,592189,0.htm>> . Acesso em:29 de set 2010.
- MILNER, Helen e JUDKINS, Benjamin (2004). “Partisanship, Trade, Policy, and Globalization: Is there a Left-Right Divide on Trade Policy?” *International Studies Quarterly*, 48, pp. 95-119.
- OLIVEIRA, Marcelo Fernandes. *MERCOSUL: Atores Políticos e grupos de Interesses Brasileiros*. São Paulo. Ed. Unesp. 2003
- ONUKI, anina e OLIVEIRA, Amâncio. “Eleições, política externa e integração regional”. *Revista de*

- Sociologia e Política*, no 27, novembro, pp. 145-155. 2006
- ONUKI, Janina e OLIVEIRA, Amâncio. Eleições, Partidos Políticos e Política Externa no Brasil. *Revista Política Hoje*. Vol. 144 19, n. 1, 2010
- PSBD. *Manifesto, Programa, Estatuto*. 1988
- PSDB. *Programa Partidário*. 2007. Brasília. Nov.
- ROMA, Celso. A Institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 17 no 49 junho/2002
- SARAIVA, Miriam Gomes – “A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalismo pragmático X autonomistas” - Real Instituto Elcano (ARI). Paper publicado em 12 de março de 2010
- SCHNEIDER Ronald M. *Brazil: Foreign policy of a future world power*. Boulder, Co.: Western Press. 1976
- SILVA, André Luiz Reis da. *Do Otimismo Liberal à Globalização Assimétrica: A política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2008
- SILVA, Carlos Eduardo; ROSSI, Clóvis. FHC quer fim das ‘picuinhas’ com EUA. *Folha de São Paulo*. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso. Caderno Mais!, p. 05. 18 dez. 1994.
- SERRA, José. *Programa de Governo -Uma Agenda para o Desenvolvimento Sustentável do Brasil*. 2010a
- SERRA, José. Serra critica comércio exterior. *Jornal O Hoje*. 2010b Disponível em: <http://www. hoje.com.br/politica/19-08-2010-serra-critica-comercio-exterior/> Acesso em: 25 de out. 2010.
- SOLIANI, André. Lampeira rejeita sonho de potência mundial. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 abril 2000.
- SHOLL, Paula. *Governo coloca credibilidade da política externa em risco*. Agência Tucana. Disponível em: < <https://www2.psd.org.br/index.php/agencia-tucana/noticias/governo-coloca-credibilidade-da-politica-externa-em-risco/> > Acesso em: 15 de out. 2010
- ZA, Amaury de. *A agenda internacional do Brasil: um estudo sobre a comunidade brasileira de política externa*. Rio de Janeiro, CEBRI. 2002
- VELLOZO LUCAS, Luiz Paulo. Baixos investimentos retardam o crescimento do país. *Diário Tucano*. 2010. Disponível em: <<http://www.psd.org.br/index.php/agencia-tucana/noticias/baixos-investimentos-retardam-o-crescimento-do-pais-diz-vellozo-lucas/>> Acesso em: 20 de out. 2010